

Eixo Temático: 2. Organização e gestão da educação básica e superior. Organização curricular e práticas educativas. Planejamento e avaliação educacional. Gestão democrática da escola. Formação de professores. Formação de pesquisadores. Projeto político-pedagógico.

Modalidade: Trabalho Completo

REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS QUE CONSOLIDARAM OS CONSELHOS DE PAIS E PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Mary Isolete Berteli
Viviane Teresinha Zapelini

Resumo: O trabalho consiste numa reflexão foucaultiana sobre os Conselhos de Pais e Professores das escolas públicas do município de Lages, desde o escopo de sua constituição, suas determinações legais e seus encaminhamentos enquanto práticas sociais. As associações e conselhos escolares pressupõem a presença ativa de todos os segmentos sejam pais, estudantes, professores e profissionais da educação, no processo de pensar as questões atinentes, num determinado espaço educativo. Estas são organizações constituídas sem fins lucrativos em que se entende a instituição da gestão participativa em âmbito escolar. É a unidade executora da escola para toda ordem de recursos recebidos. O uso da genealogia de Michel Foucault implicará no método usado para a investigação sobre as práticas sociais que revelam os modos de conhecer e de agir dos envolvidos nesse processo, caracterizando o ato de governar e ser governado, não apenas como uma imposição de conduta, mas também como aceitação de liderança, a qual determina as formas de pensamento e participação. As políticas públicas voltadas para a educação são um deslocamento de poder onde apostam em novas perspectivas de mudança e de emancipação e que na verdade são formas inócuas de que há participação da comunidade e dos pais, pois o governo ao repassar essas formas de participação à comunidade já estabelece os limites dela, fazendo com que a escola seja responsável pela sua própria manutenção no estabelecimento de diversas parcerias e assim, se eximindo da sua obrigação legal com poucos investimentos.

Palavras chave: Conselho de pais. Prática social. Comunidade escolar. Genealogia.

Introdução

Verificamos uma carência de estudos com relação aos conselhos de pais na perspectiva Foucaultiana. As reflexões sobre os discursos ditos democráticos devem ser evocados de forma a trazer à tona sua veracidade e sua eficácia na função precípua da escola que é a aprendizagem do aluno. Esse texto contempla reflexões pontuais para serem aprofundadas em trabalhos e momentos ainda mais oportunos.

O Conselho de Pais e sua trajetória histórica

Há que se questionar os envolvidos nesse processo implementado de democracia se realmente compreendem a significação clara das funções a exercer ou se existe um consentimento de poder de outros, de submissão deliberada, de permissão velada da condução das decisões e preferências por aqueles que têm o discurso e o saber (Araújo, 2000, p. 43). A esse consentimento se entende a relação de dependência da comunidade em relação à escola, tida como ponto de referência, um lugar para encaminhamentos e assistencialismos. Onde se pode solucionar conflitos, que seriam de maioria das vezes de outras esferas do poder público, se envolver no entretenimento, se posicionar na política partidária, mostrar habilidades artísticas, ou ainda, um amplo aconselhamento de condutas e encaminhamentos, menos de suporte para a aprendizagem dos alunos.

A associação ou conselho escolar é regido por um documento, denominado estatuto, o qual é próprio da instituição onde ali são designadas as funções, os direitos e os deveres a todos os membros associados para que se compreenda que todos os envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades. Assim revela o seu regimento estatutário que o processo é democrático e descentralizador, que a gestão propicia igualdade de condições na participação e distribuição equitativa de poder, responsabilidades e benefícios. (Gohn, 2007)

Muitas vezes os documentos dos arquivos públicos são descartados e conseqüentemente faltam registros da memória ou mesmo dados que permitam facilmente sua reconstituição. Na tentativa de construir a genealogia, busca-se uma abordagem inovadora para entender as instituições e os sistemas de pensamento, onde a escola moderna produziu e continua produzindo um determinado tipo de sociedade em que os conceitos são relativos há seu tempo, mesmo que moldem suas condutas, discipline seus comportamentos, formem aquilo que pensam. Assim, ao longo do tempo foram se construindo as associações e conselhos escolares formadas pela comunidade escolar juntamente com os dirigentes das autarquias educacionais, numa perspectiva de participação colaborativa e de práticas sociais.

A prática pressupõe uma moralidade que é constitutiva das atividades sociais quotidianas estruturadas normativamente, das relações de saber o poder que vão se constituindo como verdades, um saber prático da ação orientada por normas. As práticas sociais têm um carácter de regularidade e organizam-se segundo uma ordem social que elas próprias realizam.

Segundo Donzelot (1986, p. 15), no século XVIII há uma revalorização da infância na promoção de novas condições de educação com o intuito de acabar com os malefícios dos cuidados dos filhos pelas nutrizas ou pela criadagem. Isto comprometia a saúde das crianças e tinha efeitos nocivos no convívio social da juventude devido às influências negativas de promiscuidade, de vagabundagem e de controle sobre si. Também acarretava gastos extraordinários para o Estado. Destarte, os médicos elaboraram para as famílias burguesas compêndios com dicas de educação, saúde e medicação para o cuidado das crianças. Destas publicações surgiram guias de higiene para as famílias repassadas pelos médicos através de conselhos educativos. Porém as falhas educacionais eram equivalentes tanto na esfera privada, dentro da própria casa, quanto na pública.

Assim, no final do século XIX surgem as primeiras Associações de Pais com o princípio de unir a educação proveniente dos pais à educação oferecida na escola, onde houvesse regras de disciplina e um local de convivência salubre a serem respeitadas. Introduziu-se maior vigilância nos liceus e no seu entorno: bares, comércio e prostíbulos. Surgem também as aulas de ginástica e educação física. Este quadro posto às famílias burguesas certamente não era o mesmo para as famílias populares, somente os preceitos higiênicos e tentativas em dificultar o abandono das crianças nos hospícios para menores ou disfarçadamente entregá-los de volta às nutrizes.

Surge também o salário família no início do século XIX, um auxílio para encorajar e depois de legitimado, forçar as mães solteiras e pobres a cuidarem de seus filhos. Nesta perspectiva, supunha-se que a escola fosse o melhor meio de difundir ideias e usar do poder de persuasão para a responsabilidade moral das famílias pelas crianças. Segundo Donzelot, 1986, p.51:

O Estado diz às famílias: mantende vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que poderdes fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chama-los à ordem.

A responsabilidade não jurídica permanecia sob a tutela do Estado. Esta consistia numa relação que estabelecida entre a família e a escola como organização de aconselhamento onde a figura do professor teria a missão social de fazer penetrar por seu intermédio a civilização do lar, levando também aos pais os ensinamentos da escola. Então, se concebe uma alternativa na solução do problema família e sociedade com a possibilidade de um governo através da família e não mais as famílias conduzidas pelo governo.

O discurso de participação da comunidade na unidade escolar não é recente. O texto em pauta nesse enfoque norteia a escrita da história do presente para que se projete a visão daquilo que não está encoberto, mas mesmo assim não é visto, isto significa explorar dúbios saberes que estão na trama dessas práticas sociais, na abordagem bibliográfica sob o paradigma da genealogia de Michel Foucault. Segundo Diez (2004, p. 30) ao orientar sobre metodologia:

Do mesmo modo que o resultado de cada pesquisa depende de um método, cada método implica em uma perspectiva específica, vinculada a uma concepção filosófica e que definirá tanto a forma de olhar o objeto como de interpretá-lo. Daí a mesma realidade pode resultar em diferentes leituras, conforme o paradigma que pauta cada pesquisador.

O Conselho de Pais e Professores como política pública

Ao conceber que os conselhos escolares como políticas públicas as quais trazem em seus intentos as mais eficazes formas de contribuição para uma educação de qualidade, é possível delinear a trajetória dessas políticas, sua implementação, seus discursos de verdades no âmbito educacional. O Estado promoveu reformas e descentralizou operações de atendimento na área social, foram criados canais de mediações e inúmeros novos programas sociais; institucionalizaram-se formas de atendimento às demandas. De um lado, observa-se que esse fato foi uma vitória, porque demandas anteriores foram reconhecidas como direito, inscrevendo-as em práticas da gestão pública. De outro, a forma como tem sido executadas essas novas políticas,

ancoradas no pragmatismo tecnocrático, tem resultado na maioria dos projetos sociais implementados passando a ter caráter fiscalizatório, ou sendo partícipes de redes clientelistas, e não de controle social de fato (Gohn, 2007).

Esses canais denominados de orçamento participativo, conselhos, associações de pais, apesar de serem descentralizados e participativos como parte de um processo democrático assegurados por lei ao Poder Executivo dos municípios, muitas vezes se tornam de caráter apenas consultivo, sem poder de decisão e deliberação. Estes meios acabam ficando expostos a alterações ou adaptações que interessam àqueles que têm o controle da administração pública, além da disputa de poder e posições por parte de alguns segmentos com fortes ligações a partidos políticos. (Monlevade e Silva, 2000, p. 63).

No contexto nacional houve nesse período, de pós-ditadura militar, reivindicações de acesso aos bancos escolares expandindo o sistema educacional, contudo o movimento não se deu de maneira tranquila e descomplicada. Não se podia desconsiderar o momento político de lutas emancipatórias, de industrialização, de urbanização e de assentamento da demanda vinda do cidadão do campo. As associações de pais poderiam contribuir sobremaneira no disciplinamento dos educandos para as atividades fabris, sendo que esses indivíduos que chegavam não possuíam costumes de rotina no trabalho e nem de cumprimento de pontualidade de horários.

O discurso das últimas décadas em que a educação tem como princípio constitucional de garantia, de acesso, permanência, qualidade, gratuidade indistintamente (Dallari, 1984, p. 31), num contexto capitalista, de políticas neoliberais, do lucro, onde os resultados quantitativos sobrepõem os qualitativos, a educação e seus atores se fundem, ou confundem, a autonomia com a heteronomia. Isto transforma a capacidade dos indivíduos de participação em uma relação de consentimento com os demais membros da escola. Nesse prisma o governo deposita na escola a responsabilidade da parceria, da união dessas instituições como única fórmula para diminuir ou dizimar as desigualdades sociais, eximindo, por conseguinte a responsabilidade do retorno dos impostos arrecadados na implementação de programas e projetos que realmente não se transformem em politicagem e burocracia. Assim nos situa a autora:

A escolha dos conselhos foi feita dada a importância que essa área passou a ter na atualidade, no discurso e nas políticas governamentais, conferindo-se às escolas atributos que ultrapassam sua dimensão de ensino/ aprendizagem para se transformar em espaços de socialização e de prestação de serviços públicos municipais, assim como o papel que a educação passou a ter no novo paradigma no mundo do trabalho. (Gohn, 2007, p. 99)

A legalidade dessa política pública parte da ideia de que a participação dos pais na escola enquanto conselhos de gestão democrática serve como aporte indispensável para o aprendizado dos alunos e o exercício da cidadania para ser visto como um presente do Estado e até uma forma de status e não um direito garantido por lei.

As políticas públicas voltadas para a educação, nada mais são que um deslocamento de poder onde apontam novas perspectivas de mudanças e de emancipação e que na verdade são formas inócuas de que há participação da comunidade e dos pais. Assim Foucault (1999, p. 171) delinea esse traçado com a sutileza que a relação de poder perpassa pelos indivíduos quando fala dos esquemas panópticos:

Ele é capaz com efeito de vir e se integrar a uma função qualquer (de educação, terapêutica, de produção, de castigo); de aumentar essa função ligando-se intimamente a ela; de constituir um mecanismo misto no qual as relações de poder e de saber) podem-se ajustar exatamente, e até nos detalhes, aos processos que é preciso controlar; de estabelecer uma proporção direta entre o 'mais poder' e a 'mais produção'. Em suma, faz com que o exercício do poder não se acrescente de fora, como uma limitação rígida ou como um peso, sobre as funções que investe, mas que esteja, nelas presente bastante sutilmente para aumentar-lhes a eficácia aumentando ele mesmo seus pontos de apoio.

Essas relações de poder saber são verdades instituídas na sociedade e que com o tempo carecem de normatização, assim as leis surgem para regulamentar os direitos dos cidadãos, visando interesses coletivos e o bem estar da população. A Constituição é o fundamento desse direito e dela deriva o exercício da autoridade legítima, constituída e consentida.

Políticas públicas são designações para orientar as formas de governar, de tomar decisões sobre assuntos que dizem respeito ao que é público e coletivo. É um conjunto de ações voltadas à garantia dos direitos sociais, transformando a realidade privada em efetivas ações no espaço público.

Na esfera educacional é fundamental que se reformulem as políticas públicas como pontua Lebrun (1984) onde o poder é contrapartida do fato de que alguém não o possui, assim o exercício do poder implica no não poder do outro. Para tanto não resolvem casos pontuais ou ações isoladas. É premente a interação na dinamicidade da organização e funcionamento da escola. A estratégia para tal deve ser na organização institucional dos sistemas de ensino promovendo a descentralização dos sistemas, não unicamente do repasse de recursos ou direcionamento de pessoal ou de serviços, mas na autonomia da elaboração do projeto pedagógico e na redefinição das instâncias de comando estatais. O fato de descentralizar não significa enfraquecimento do Estado, fortalece a governabilidade no gerenciamento de organismos menores, centralizados e estruturados por sistemas de informações nacionais onde as soluções sejam menos burocráticas e mais ágeis sem que o governo perca o controle, somente repassa à comunidade para que se auto governem e mantenham a disciplina e a ordem com parcerias e custos baixos ao Estado.

O Brasil por ser um país de dimensões estratosféricas, convém promover a autonomia de estados e municípios para decidir suas próprias estratégias e políticas públicas de forma integrada entre todos os entes federativos, pois a grande diversidade regional de cultura, de clima, de necessidades específicas de cada região e das severas desigualdades sociais existentes faz com que consensos de soluções unificadas e modelos idênticos não deem conta da realidade local. Assim, vem postas as políticas públicas, onde se abre um leque de possibilidades inexistentes, pois o governo sabe até onde essas ações podem se estender.

A condução das políticas públicas educacionais é urgente, contudo a vontade política é conflitante e o processo é desgastante pelas dificuldades historicamente impostas desde as primeiras constituições na administração de escassos recursos e carências em todos os setores envolvidos. As melhorias necessariamente passam pelo planejamento de políticas que tenham continuidade, pela autonomia pedagógica e financeira, pela capacitação permanente dos docentes, pela valorização dos profissionais em educação, pela ampliação da jornada escolar

juntamente com a considerável reforma nas estruturas físicas, pela revisão de padrões de financiamento, pela reformulação de currículos e metodologias, pela manutenção e melhoria de programas como merenda escolar, livro didático, bibliotecas e outros, pela qualificação da gestão e pela imprescindível participação dos conselhos escolares e da comunidade para chegar num consenso de ações democráticas em conformidade com a lei. Estes são desafios para a efetiva sustentação política das políticas educacionais.

Os Conselhos de Pais e Professores na escola

No âmbito da administração escolar, o gestor e a diretoria do Conselho de Pais e Professores são constituídos na perspectiva de: buscar alternativas para solucionar questões de interesse comuns. Cabe aqui evidenciar que o gestor representa o Estado e o corpo docente da unidade escolar como um todo e o presidente da associação ou conselho escolar, a diretoria, o conselho fiscal e todos os associados dessa instância de existência obrigatória, representando também, todos os pais ou responsáveis pelos estudantes regularmente matriculados e a sociedade civil, isto é, a comunidade em que a escola está inserida. Muitas vezes gestor escolar e presidente do conselho exercem uma luta pelo poder na premência de traçar um perfil de prática social com o objetivo de tornar a convivência possível entre grupos de pessoas (co)responsáveis na formação de cidadãos para a vida em sociedade, de desenvolver o potencial intelectual desses indivíduos através da apropriação do conhecimento, de fazê-los conscientes dos seus direitos e deveres como parte integrante da transformação de si mesmo num ser melhor (Dallari, 1984). No entanto, isto é que se designa, que se dita, que se tem como verdade, que se lê e que se escreve. Cabe, também averiguar a prática dos associados quanto à disciplinarização, as formas que os discursos de verdade são postos para que as ações sejam assim conduzidas.

[...] tentei esboçar um pouco essa noção de governo que me pareceu ser muito mais operativo que a noção de poder; governo entendido seguramente não no sentido estreito e atual de instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens. FOUCAULT (1979, [sp])

Não obstante, há energias a serem melhor canalizadas, iniciativas a serem estimuladas e também muita reflexão a ser feita para se encontrar caminhos mais promissores, capazes de romper com as barreiras administrativas e os vícios centralizadores dos órgãos públicos.

À associação ou conselhos escolares são atribuídas funções que delimitam tempo, distribuem espaços, otimizam custos, dividem responsabilidades decisivas, firmam parcerias, valorizam funcionários e voluntários e aproximam as pessoas para o conviver harmoniosamente. Esta instituição é um instrumento de redistribuição e descentralização do poder político escolar onde a participação da coletividade em congruência de interesses, resulta na tão sonhada construção da convivência pacífica dentro dos muros escolares e conseqüentemente fora deles. Eis outra premissa da constituição dos conselhos, uma convivência pacífica ou a manutenção da ordem daquela comunidade onde está localizada.

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas também é uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a 'disciplina'. 'Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1999, p.161)

As relações de poder administrativo do gestor escolar permeada com a participação dos membros do Conselho de Pais e Professores – CPP são processos indissociáveis e necessários para a construção de uma escola, seja ela pública ou privada, de qualidade.

Para Foucault (1987) é mais importante estudar a produção dos efeitos reais do poder do que identificar quem tem o poder. Ou seja, é preciso avaliar os efeitos que o poder produz e como ele se legitima nas relações, criando discursos que funcionam como normas. Assim é caracterizado o poder para o filósofo, ele não destrói o indivíduo, ao contrário, ele o fabrica:

A eficácia do poder, sua força limitadora, passaram de algum modo para o outro lado – para o lado de sua superfície de aplicação. Quem está submetido a um campo de visibilidade, sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder: fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. (FOUCAULT, 1987, p.112)

Apesar de se constituírem concepções pedagógicas conservadoras, as propostas de reformas educacionais nas décadas de 1920 e 1930 já defendiam a presença da comunidade na escola. Presença que se limitava à população pobre, sentido de adquirirem hábitos saudáveis de higiene, saúde e de moral e cívica, ou seja, à escola cabia adaptar, isto é, padronizar, disciplinar a comunidade a costumes e hábitos social e decentemente aceitáveis.

Somente em 1948 com a Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU) que países como o Brasil foram reconhecidos igualmente perante a lei, onde se entendeu que para o desenvolvimento de uma nação como um todo, seu povo deve ter direitos iguais: saúde, habitação, educação, trabalho, liberdade de expressão e dignidade de vida.

A educação historicamente obteve conquistas desiguais com altos índices de analfabetismo, de evasão escolar, de falta de atenção das autoridades, da morosidade de intenções de investimentos e de ideologias em que os objetivos convergiam para a exclusão e não inclusão como direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Mesmo nas décadas seguintes com o regime militar, essa participação foi igualmente considerada importante para o regime autoritário, que passou a ser compulsória a partir da década de 70, mediante a regulamentação e a obrigatoriedade da criação de alguns canais, como as Associações de Pais e Mestres, regidas burocraticamente e controladas pelo Estado, que estabelecia e mantinha o poder político e cultural sobre a 'cidadania dos setores desprivilegiados da sociedade'.

A lenta trajetória educacional vem datada da primeira constituição de 1824 até a última de 1988. Foi na constituição de 1988 que a educação ganhou maior relevância em defesa da escola pública e de qualidade, em que se legitimou como obrigatória a participação e envolvimento da família na escola. O país despertou para uma causa comum em que o progresso da nação

e a qualidade de vida de um povo se tornariam viáveis somente através de investimentos na educação. Através de emendas populares a educação se constituiu como direito social e direito de todos: gratuita, democrática e comunitária, transformadora da realidade.

Carneiro, 2007, p. 8 afirma que para tanto deveria pautar-se num primordial princípio: igualdade de condições, de onde partem os relatores da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 para responder o porquê de a escola estar inserida na sociedade, embora a sociedade muitas vezes não esteja inserida nela.

No entanto, somos sabedores que países em desenvolvimento e com dívidas gigantescas, tem seus ditames de desenvolvimento econômico e educacional, traçados pelo Banco Mundial e consentidos pelo governo federal como relata com propriedade a obra de Monlevade e Silva (2000, p.34):

Trata-se de examinar, nessa conjuntura, as mediações políticas construídas entre a Diretoria Executiva do Banco Mundial e o governo federal que definiram as políticas dirigidas à educação pública em todo país. O eixo molecular do estudo é o processo de intervenção sistemática do Banco Mundial através de políticas e estratégias para a educação pública com o consentimento do governo federal expresso na redução dos direitos sociais, particularmente os educacionais.

Nessa perspectiva governamental a participação da comunidade aqui relatada como Conselho de Pais e Professores, também não ficou de fora dessas diretrizes.

Os programas do governo elaborados pelas vias de organismos internacionais citados acima, com seus próprios interesses, permeiam, disseminam, introduzem de maneira sutil poder e autoridade para as instituições que vão corroborar todos os programas e projetos, muitos deles não condizentes com a nossa realidade, outros interferem nas consequências dos problemas e não nas causas e outros ainda, sem continuidade devido aos acertos e conchavos político – administrativos. São obrigatoriamente implementados programas assistencialistas que desviam o foco principal da educação que é o ensino compartimentalizando o trabalho do gestor e de seus pares. O gestor se depara num emaranhado de projetos, políticas públicas e veladas intenções que acabam restringindo seu tempo de exercer a pedagogia na escola em preenchimento de papéis e reuniões para repasse desses encargos os quais são cobrados resultados não efetivos, mas de formulários corretamente preenchidos e corroborados pelo presidente do CPP, os quais sem esse poderoso aval a escola não poderá ser contemplada com poucos recursos já carimbados.

Conselhos escolares e conselheiros escolares são muitas vezes instituídos e empossados exclusivamente cumprindo o protocolo legal, isto é, com o intento de que a escola obrigatoriamente necessita de uma unidade executora de representatividade para receber os recursos destinados à educação onde o gerenciamento das subvenções fica a cargo da gestão escolar. Conforme afirmam Monlevade e Silva (2000, p.24) que:

De 1988 a 1996 [...] Nos conselhos escolares e nas secretarias de educação, e principalmente nas escolas se inverteram os sinais do poder. Abalaram-se as hierarquias, instalaram-se os colegiados, formou-se a organização dos segmentos, deu-se maior ou menor transparência ao uso dos recursos financeiros da educação.

A prática dos diferentes segmentos dos profissionais da escola, analisando o vínculo entre os poderes outorgados pelo saber e pelo exercício da função que cada um realiza no seu interior. Os setores pedagógico e administrativo que se revelam como contribuintes para os processos alienadores das potencialidades dos pais e professores, ao impetrarem, com seu discurso pretensamente científico, um conhecimento instaurador de uma prática eminentemente obediente e servil, pelo poder disciplinador evidenciado. Embora saibamos que as práticas discursivas podem ser elementos importantes nas mudanças sociais.

Os estudos sobre os as formas de associação trazem subsídios de fundamentação teórica na temática da gestão pública participativa, conselhos enquanto políticas públicas no resgate de experiências históricas e na sociedade civil e política, e a avaliação dos impactos e possibilidades da atuação dos conselhos no que se refere às suas atribuições. O entendimento aponta, por conseguinte os problemas que obstaculizam esta atuação no Brasil e a necessidade de ampliação do controle da sociedade sobre o Estado.

Contextualizando o Conselho de Pais e Professores

Na década de 70, século XX, os governos neoliberais dos países centrais: Thatcher na Grã-Bretanha, Reagan nos EUA, Kohl na Alemanha e Nakasone no Japão ditaram as normas e doutrinaram a economia mundial com ajustes econômicos e tendências ideológicas denominadas de neoliberalismo. Estagnação econômica, crise no setor petrolífero e recessão provocaram problemas estruturais de acumulação e crescimento capitalistas. Curiosamente afirmam em seus estudos Monlevade e Silva, 2000 que os bancos internacionais criam formas de controle do fluxo de capital e estabelecem condições em que esse capital se distribuiria. Então a garantia desses bancos de receber os empréstimos dos devedores veio carregada de exigências: frear a demanda global, estimular a competição de preços, a desvalorização monetária e impor limites para os gastos públicos. Todas essas medidas se transformaram em programas concretos, aplicados em todos os países de forma global, contudo dada as desigualdades de condições entre as sociedades e suas características estruturais, as consequências e efeitos diferiram de maneira complexa e contundente.

Esse modelo acompanhou o autoritarismo dos regimes militares, onde o ônus da crise mais uma vez recaiu sobre a população. A favor dos lucros vieram a redistribuição de renda e o aumento de impostos para que a sociedade suportasse taxas mais altas de investimento e crescimento econômico. A pressão dos grupos hegemônicos fez com que os países periféricos tivessem que definir outras estratégias de controle de poder de acordo com a sua realidade. Reordenar a economia evitando crises de governabilidade e atrair investimentos numa ideia de estabilidade econômica se fez necessário, um regime mais estável e um governo mais autoritário visando a contenção do poder democrático que, por conseguinte não contrariava os eixos neoliberais. Para Foucault (2008, p 139) a constituição do Estado moderno, que é o Estado liberal, com a gênese e o desenvolvimento das novas relações de produção capitalistas, levou à instauração de normas disciplinares e da biopolítica normativa enquanto procedimentos ins-

titucionais de modelagem do indivíduo e de gestão da coletividade, isto é, de formatação do indivíduo e de administração da população.

A questão principal, segundo Foucault, estava na instauração da biopolítica moderna que não poderia ser dissociada da emergência do Estado liberal, que foi “e é” o grande idealizador das novas relações de produção capitalistas que tiveram sua gênese e seu desenvolvimento a partir da modernidade. Há, portanto, uma ligação intrínseca entre o Estado liberal moderno, a gênese e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a instauração da biopolítica. Em Foucault, dizer que a sociedade moderna é altamente disciplinadora e normativa significa que o indivíduo é capturado em uma rede de poder que o torna útil e dócil aos interesses do sistema de produção capitalista neoliberal. Foucault diagnostica que as relações de saber e poder, agindo no corpo dos indivíduos, no homem-corpo, e a biopolítica, agindo no homem enquanto ser vivo, no homem-espécie, formaram mecanismos de poder que serviram de suporte para o desenvolvimento e a manutenção da hegemonia capitalista.

O Estado moderno é entendido como um estado absolutamente disciplinar e normalizador no sentido de intensificar as relações sociais entre a família e a escola, ressaltando as mudanças sofridas pela instituição familiar através das ideologias perpassadas na escola pelo governo e suas políticas públicas. Assim afirma Foucault (2009, p.126) quando fala nas relações de produção:

[...] para que existam as relações de produção que caracterizam as sociedades capitalistas, é preciso haver um certo número de determinações, estas relações de poder e estas formas de relações de saber. Poder e saber encontram-se assim firmemente enraizados; eles não se superpõem às relações de produção, mas se encontram enraizados muito profundamente naquilo que as constitui.

Considerações Finais

As políticas públicas e os conselhos de escola ou de pais ou ainda de mestres na visão Foucaultiana são centrados no corpo dos indivíduos, onde as disciplinas realizam uma verdadeira política das coerções, ou seja, um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos, cujo principal objetivo é o adestramento completo desses indivíduos, a ampliação de suas aptidões, o crescimento de sua docilidade e utilidade, etc. Os indivíduos são, assim, capturados em uma maquinaria do poder que os esquadrinha, os desarticula e os recompõe. As disciplinas são, portanto, “uma anatomia política do detalhe” (Foucault, 1987, p. 120); nada, em nós, escapa de sua ação; elas agem naquilo de mais íntimo e particular que temos, isto é, sobre nossos corpos, buscando torná-los mais dóceis e submissos possíveis.

O Estado exerce esse controle através da instituição familiar em que sua constituição, organização, história e atuação é a base de toda a sociedade e das formas de governamentalidade encontradas pelo Estado para a vigilância constante na disciplinarização de crianças, jovens e adultos diminuindo as forças de rebeldia e resistência, aumentando as forças de produção e de trabalho e mantendo a ordem social.

Sob o crivo genealógico, a ciência, o poder, o Estado são desconstruídos, desvelando saberes, poderes, corpos, formas de subjetivação, enfim, redes de micro relações, de efeitos pontuais imediatos e locais que transformam sem seguir lei alguma, a história social e influem direta ou indiretamente a história afetiva de cada um. Ao que se refere ao conselho de pais essas relações se subjetivam engendrando formas de exercer o poder sobre a comunidade em conjunto com o gestor e o corpo administrativo na busca de formas de solucionar problemas e manter a ordem dentro do ambiente escolar.

Espera-se que o estudo venha a contribuir para reflexões das relações existentes no contexto escolar entre pais, funcionários, professores e alunos acerca das políticas públicas que são os Conselhos de Pais e Professores enquanto prática social visando o ensino público de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico compreensiva: artigo a artigo**/ Moaci Alves Carneiro. 14.ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são os direitos da pessoa**. Coleção Primeiros Passos, nº13. São Paulo. Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DONZELOT, Jaques. **A polícia das famílias**. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed.,1999

_____. **Nascimento da biopolítica. Curso dado no College de France (1978-1979)**/ Michel Foucault; trad. Eduardo Brandão. 1ª ed, Editora Martins Fontes- São Paulo, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, ed. 27ª. Editora: Vozes, 1987. 288p.

_____. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979 – 1980: aulas de 09 a 30 de janeiro de 1980**/ Michel Foucault; tradução e transcrição e notas Nildo Avelino. – São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação sociopolítica**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v.84).

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. 1930. Trad. Renato Janine Ribeiro, Silvia Lara Ribeiro — São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos)

MONLEVADE, J.A.; SILVA, M. A. **Quem manda na educação do Brasil?** Idéa Editora Ltda. Ceilândia-Brasília, 2000.

